



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Folha de rosto

Nome: Priscila Keiko Cossual Sakurada

Natureza do Trabalho: Reflexão teórica

Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Formação: Assistente Social (UFES), Mestre em Serviço Social (PPGSS/UFRJ), Doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFRJ).

Instituição: Professora Substituta do curso de Serviço Social – UFF/Niterói

E-mail: keikooo@gmail.com

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

Resumo

Considerando que neste ano comemoramos os 80 anos do Serviço Social brasileiro, o presente artigo tem o objetivo de problematizar alguns elementos diretamente ligados à formação profissional em Serviço Social, como forma de colaborar na discussão sobre o perfil profissional crítico em tempos tão adversos como o que vivemos. Para tanto, abordaremos alguns elementos próprios da profissão, que ora poderão colaborar para o perfil conservador, ora poderão colaborar para o perfil crítico.

Palavras-chave: Formação Profissional; Serviço Social; Projeto Ético-Político.

Abstract

Considering that this year we celebrate 80 years of the Brazilian Social Works, the present paper objectivizes troubleshooting some elements directly connected to the professional formation in Social Works, as a means to collaborate in the discussion about the critic professional profile in times as adverse as the ones we live in. To that end, we will take on elements intrinsic to the profession, that will corroborate to a conservative profile, and will corroborate for a critic profile.

Keywords: Professional Training; Social Works; Politic-Ethical Project.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, principalmente depois da experiência da vertente de intenção de ruptura, inscrita no movimento de Renovação (NETTO, 2005), tem se pautado em um perfil profissional crítico, referenciado pela teoria marxista, por entender ser esta a que melhor explica o processo de produção e reprodução da vida social no sistema capitalista.

Para tanto, a categoria atualizou e reformulou o seu conjunto de regulamentações tanto no âmbito do exercício profissional, quanto da formação profissional e pressupostos ético-político, negando o conservadorismo profissional que se encontrava pautado na caridade, ajuda, individualização das mazelas da questão social, na moral cristã e no “chamamento” para a profissão.

Desta forma, de acordo com Netto (2005) e Imamoto (2011), o Projeto Ético-Político do Serviço Social, representa um conjunto de requisitos fruto de uma organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, e que se materializa na Lei de Regulamentação da Profissão de 1996, no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

E neste ano, em que se completa 80 anos da profissão socialmente constituída na sociedade, há que se reconhecer o amadurecimento do Serviço Social, no campo dos referenciais teóricos-metodológicos e éticos-políticos, que, desde a Renovação, e principalmente, a partir da Intenção de Ruptura (NETTO, 2005), vem imprimindo à profissão um arcabouço de conhecimentos que permitem uma maior clareza das funções e competências do Serviço Social no enfrentamento das respostas à Questão Social, de forma a tentar superar a imagem e autoimagem profissional conservadora, lançando mão de um novo projeto profissional – Projeto Ético-Político.

A CULTURA DA MERCANTILIZAÇÃO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Ao mesmo tempo em que o Serviço Social amadureceu, acompanhando as requisições postas pelas instituições demandatárias e pelos seus usuários, de forma contraditória, sem que com isso, tais funções e competências tenham sido metamorfoseadas enquanto eclética, pois a categoria assume seu compromisso com seus usuários e com um projeto de sociedade diferente do posto, o que se verificou

ao longo das mesmas décadas, foi uma reconfiguração das estratégias capitalistas nas respostas à Questão Social, bem como as alterações do mundo do trabalho, que rebateram diretamente nas condições e relações do exercício profissional.

Ao passo que nos anos 90 a sociedade brasileira adentrava, novamente, pós 20 anos de Regime Ditatorial Empresarial-Militar, no sistema democrático, fruto de uma luta intensa dos movimentos sociais, partidos políticos, segmentos religiosos e representações de entidades das categorias profissionais, o país naquela mesma década, passa a experimentar a ideologia neoliberal, acompanhando a própria reconfiguração do sistema capitalista nas relações de produção e reprodução, que já vinham se gestando no mundo desde a década de 1970 por meio do que Harvey (2012) identificou como *acumulação flexível* no processo de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Tais configurações trouxeram uma nova forma de conceber o modo de produção, agora não mais centrados na produção em massa, assim como se via no padrão fordista-taylorista, mas a partir de uma descentralização da produção, sob a perspectiva de demandas e na migração das empresas para regiões com baixo custo da mão de obra e legislações trabalhistas mais “flexíveis”, o que gerou em uma neocolonização dos países, principalmente os ditos periféricos, agora não mais apenas por países ditos centrais, mas por corporações multinacionais, que se colocam para além da fronteira dos estados-nações.

Como é de conhecimento, tal padrão de acumulação, engendrou numa capitalização da vida social, onde a lógica mercadológica, transmutada no discurso de ineficiência do Estado (MOTA, 1995), possibilitou a mercantilização dos direitos sociais, expressos nas políticas sociais públicas, além de uma racionalidade orientada em aspectos gerenciais de eficácia, eficiência, produtividade e competência, própria do mundo burguês (GUERRA, 2007), que atingiram diretamente o exercício profissional do Serviço Social.

Além disso, os novos arranjos do mundo do trabalho jogaram milhares de trabalhadores em condições de trabalhos temporários, por tempo determinado, terceirizados e precários, aumentando o nível subemprego, de competitividade e individualismo, propiciado, inclusive, pela cooptação dos sindicatos, antes tidos como combativos à lógica de exploração, e degradação das condições de trabalho, gerando numa maior desmobilização da classe trabalhadora, frente aos novos determinantes.

Essas múltiplas manifestações do novo padrão de acumulação flexível, incorreram em um maior estranhamento (alienação), uma vez que, como aponta Lukács (*apud* ANTUNES, 2011), esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico

não provocou o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido, ao contrário, gerou uma “subordinação estrita à lógica do capital” (IDEM, IBIDEM, p. 202), prevalecendo o capital sobre a força de trabalho, na exata medida que é imprescindível para a reprodução do sistema capitalista.

Vale salientar que, esse estranhamento (ou alienação) não ficou restrito ao espaço da produção, mas também penetrou a esfera do consumo e a vida fora do trabalho, em que o tempo fora do trabalho é fortemente carregado de fetichismo da mercadoria (ANTUNES, 2011). Onde as relações sociais, no comando do conjunto da acumulação flexível, se configuram como um “modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais” (IAMAMOTO, 2011, p. 108).

É necessário pontuar que esse estranhamento não é um produto exclusivo do padrão de acumulação flexível. Considerando que o trabalho se constitui como o momento fundante da realização do ser social para a sua existência, ou seja, o ponto de partida para a humanização do ser social, na sociedade de classes do sistema capitalista, esta objetivação do ser social se coloca de forma degradante, se convertendo em meio de subsistência, onde o trabalho se torna uma mercadoria, tornando-se um ser estranho ao trabalhador, impondo barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana (ANTUNES, 2011; LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2011).

Desta feita, o que veremos neste novo padrão de desenvolvimento do sistema capitalista é um aprofundamento do estranhamento do trabalho, em sua forma mais fetichizada, requisitando, para atender a demanda deste processo de produção, um novo perfil de trabalhador, que diante da degradação das condições objetivas de venda da força de trabalho, possa se submeter ao reordenamento do mundo do trabalho, abrindo mão, inclusive, dos direitos socialmente conquistados pela classe, conformando não somente ao novo padrão de trabalhador requisitado, mas também ao padrão de sociabilidade.

Somado a isso, para garantir a disseminação de uma “cultura de consenso”, como bem identifica Mota (1995), o ordenamento capitalista impetra na sociedade uma cultura pautada nas transferências de responsabilidades, reproduzindo a lógica da assistencialização das políticas sociais e transmuta os direitos socialmente conquistados pelos trabalhadores em “objetos” de comercialização, marcado por um pensamento privatista e na constituição do cidadão-consumidor.

Tal transferência foi operacionalizada nas políticas sociais, a partir do dito Terceiro Setor nos idos de 1990 (MONTAÑO, 2010), que não pode ser entendido como uma mera transferência de funções, mas que possui uma função ideológica no

que diz respeito a garantir uma legitimação da estratégia de reestruturação do capital, uma vez que esses espaços se apresentam no primeiro momento como autônomos, igualitários, não-classista e sem a gerência do governo, o que possibilitaria um maior grau de poder à sociedade civil.

Este “canto da sereia” como Montaño (2010) frisa, que no primeiro momento se apresenta como tentador, encobre a estratégia (ideológica) de contenção e aceitação da lógica neoliberal, que ao fetichizar a transferência, encobre todo o processo de precarização, focalização, descentralização e privatização que a área social passa a enfrentar, além do esvaziamento da dimensão universal das políticas sociais.

Aqui é perceptível que o conceito de universalidade preconizada na Carta Magna, passa a se desintegrar, acompanhando as alterações da acumulação flexível no mundo do trabalho, a partir da restrição ao acesso universal a bens de consumo coletivo e aos direitos sociais, com caráter privatista, descentralizada, redistributiva e focalizada na extrema pobreza, a partir do que se chamou de discriminação positiva (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Neste processo, profissões que intervêm diretamente no campo das políticas sociais, sejam como executores terminais das políticas sociais (NETTO, 2011), sejam como gerenciadores, os recortes incisivos que se gera nas expressões da Questão Social, inviabilizam construções de propostas criativas e propositivas, já que os espaços sócio-ocupacionais se reduzem a espaços de compensação, burocratizantes e limitados a imediatividade.

A ideologia neoliberal, desta forma, aparece como um discurso assentado no papel do Estado enquanto dinamizador do setor produtivo, garantindo assim uma melhor inserção do país no comércio internacional e no discurso do enfrentamento da questão da desigualdade pautado na oportunidade (MOTA, 2012).

Contudo, numa análise mais minuciosa é possível perceber que essa ideologia é em um processo que busca conceber, como possível, a conciliação de interesses antagônicos de classes, sob argumentos antiliberais, anti-imperialistas, em defesa do nacional-capitalismo, que fundamenta os modelos econômicos e traz para a esfera da política a construção de mecanismos justificadores dos ajustes econômicos e reformas em curso (LUKÁCS *apud* MOTA, 2012; MOTA, 2012).

Ou seja, o Estado ao condensar os interesses da acumulação capitalista ao mesmo tempo em que media os conflitos distributivos (atendendo a demanda das classes subalternas), baseado em um falso discurso de justiça social, equidade e oportunidade, acaba por despolitizar as lutas e o caráter de classe das desigualdades sociais do sistema capitalista (MOTA, 2012).

UM OLHAR MAIS APURADO PARA OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO SERVIÇO SOCIAL

Acompanhando as novas reconfigurações do mundo capitalista, que precisa de indivíduos que legitimem tal exploração e dominação (CHAUÍ, 2001), houveram reformulações na política educacional, expressadas na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) em 1996, que, no campo da educação superior, rebateu diretamente sobre as matrizes dos currículos mínimos, no modelo de gestão, nos aspectos da universidade (tripé ensino, pesquisa e extensão), financiamento e na criação de novas modalidades de ensino (à distância, semipresencial, por módulos).

Pereira (2007) identifica tais alterações como necessidade de garantir um perfil “colaboracionista”, atendendo as requisições do mercado e o seu modo de reprodução, pautado no aclassismo e no objetivo de construir uma participação política colaboracionista apropriada ao atual estágio do capitalismo.

Concordamos com a autora (2007) que a nova política educacional (LDB), ratificada pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) em seus tratados sobre a educação e pela Política Nacional de Educação (PNE), tanto do governo Fernando Henrique Cardoso, quanto dos governos petistas de Luis Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff, operaram sob a perspectiva de um perfil adequado para o novo estágio do capitalismo.

Tanto que uma das implicações para o Serviço Social se deu, principalmente na esfera da formação profissional, com a aprovação das Diretrizes Curriculares pelo MEC em 2001, diferente daquela proposta pelo conjunto da categoria, através da ABEPSS em 1996, que descaracterizou o perfil profissional ao retirar do corpo do texto “formação intelectual e cultural generalista crítica” e “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, possibilitando assim, a formação de perfis diferenciados daquele construído pelo conjunto das unidades de ensino, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Outras alterações verificadas consistem na definição das competências e habilidades do Serviço Social. As descaracterizações sofridas nas Diretrizes culminaram na eliminação dos objetivos do perfil profissional, aparecendo este totalmente vazio de uma apreensão crítica dos processos sociais e da perspectiva de totalidade, que possibilita apreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

Além disso, em se tratando de pesquisa e extensão, componentes importantes para a formação profissional em Serviço Social, amplamente defendido

no processo de construção das Diretrizes Curriculares, aparecem de forma superficial e sem uma exigência de carga horária, ficando a cargo de cada instituição de ensino a sua aplicabilidade ou não, bem como a obrigatoriedade do desenvolvimento destas atividades.

A ausência do tripé acarretou no comprometimento das Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS, já que a proposta do tripé é garantir uma formação que seja capaz de articular as mediações – teoria e prática -, superando a fragmentação do processo ensino-aprendizagem, de forma a permitir a intensa convivência acadêmica entre estudante, professor e sociedade, tornando-se desta forma um espaço de pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.

Para Iamamoto (2011), esse esvaziamento do texto legal atingiu especialmente os tópicos de estudos, que consubstanciavam o detalhamento dos três núcleos de fundamentos que compõem a organização curricular, uma vez que os tópicos não se fazem presentes no texto legal. Na prática, isso gera a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum para a formação profissional em todos os cursos.

Além disso, tivemos o surgimento de cursos de Serviço Social na modalidade de ensino à distância, que em um curto tempo expandiram de forma desordenada em diversas regiões do país, sem que com isso, a categoria profissional, por meio das entidades, tivesse sido consultada pelo MEC a respeito das condições e necessidades para a formação profissional em Serviço Social.

Desta forma, o que percebemos no processo de contrarreforma do ensino superior é que se tratou não apenas de uma ofensiva ao ensino superior em transformá-lo em serviço para sua mercantilização, mas significou também, através dos marcos regulatórios (LDB/96, PNE 2001 e Decretos), a alteração do perfil profissional, deixando claro o perfil que este nível de educação passaria a atender (LIMA, 2005; PEREIRA, 2007).

E no Serviço Social, o que temos verificado é justamente essa dificuldade. Ou, se preferir, como Santos (2011) identificou como sendo um discurso de que “na prática a teoria é outra”. Tal discurso gera, dentro de alguns espaços sócio-ocupacionais, uma falsa imagem de que não há diferenciação entre as práticas filantrópicas de boa vontade e do exercício profissional de um assistente social (GUERRA, 2007), dificultando, apesar do amadurecimento, que expressou um conjunto de aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-interventivos críticos, ainda não fomos capazes de superar a imagem de uma prática profissional

assistencialista e assistemática, em que qualquer um pode fazer, ou que se trata de uma tecnificação da caridade.

Considerando que na contemporaneidade as respostas dadas a Questão Social passam a ser operadas a partir de políticas sociais focalizadas e fragmentadas, o que se verifica é uma demanda por profissionais focados na assistencialização da Questão Social.

Quando Guerra (2007) problematizou a dificuldade de compreender o papel social que o Serviço Social ocupa na divisão social e técnica do trabalho, nos levou a pensar justamente na formação profissional e como a categoria tem lidado com esta questão.

Sabemos que o projeto ético-político comporta valores universalistas, em contraposição aos valores tradicionais e conservadores da sociabilidade burguesa. Mas mais do que identificar essa questão, o que queremos pontuar é como temos lidado com a questão de garantir, dentro do processo contraditório e dinâmico próprio das relações sociais, uma formação profissional que permita pensar possibilidades de uma intervenção qualificada, competente e comprometida com aqueles valores.

Assim, entendemos que o Projeto Ético-Político não é algo pronto, e mais do que isso, é necessário estar em constante reflexão com a realidade. Por isso concordamos com Santos (2006), quando afirma que a crítica é necessária para que o Projeto Ético-Político não se torne uma abstração.

Sabemos também que a dinâmica da realidade é contraditória e limitada pelas causalidades postas, e que, tal como frisa muito bem Netto (2000), um projeto de profissão idealizado não se expressa na realidade de forma *ipisis litteris*, e muito menos pode ser confundido com um projeto de sociedade.

Somado ao que Netto (2000) muito bem explorou, a partir das análises realizadas na pesquisa dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social em instituições presenciais do Rio de Janeiro (SAKURADA, 2013) e junto com os estudantes finalistas de instituições de ensino presencial de Serviço Social da Grande Vitória (BARRETO; SAKURADA, 2008), o que verificamos é a dificuldade de garantir uma formação profissional em que exista uma clareza dos futuros profissionais sobre o que é o Serviço Social, sua função social na divisão social e técnica do trabalho, bem como a articulação da dimensão universal da categoria trabalho com as singularidades e particularidades do Serviço Social.

Isso nos leva a indagar como bem explorou autores como Iamamoto (2011), Barroco (2010), Netto (2004), Matos *apud* Bonfim (2015) e Bonfim (2015), sobre as questões referentes aos desafios para a materialização do Projeto Ético-Político, e mais do que isso, até que ponto, de fato os assistentes sociais concordam mesmo

com o conteúdo desse projeto, expressando no cotidiano profissional seus princípios e dimensões valorativas.

Pois, se considerarmos que, nas escolas pesquisadas, em sua maioria, apresentaram uma proposta político-pedagógica alinhada às diretrizes da ABEPSS, por que ainda existe uma grande dificuldade destes futuros profissionais de compreender qual a função social do Serviço Social e de pensar possibilidades interventivas qualificadas, competentes e comprometidas com esses valores?

Se, entendemos que a profissão somente existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, e que o Serviço Social é uma profissão que atua *sobre* e *na* realidade, orientada e reorientada como um resultado dos agentes profissionais e as exigências postas pela realidade, compreender a dinâmica das relações de produção e reprodução da atual fase do capitalismo, incorre em apreender os desafios que se colocam a profissão diante do remodelamento da sociabilidade, da conformação de um novo perfil de trabalhador, dos tensionamentos entre as classes e das respostas operadas pelo Estado à Questão Social (NETTO, 2011; SANTOS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É claro que esse ensaio não tem o propósito de responder tais perguntas, na verdade, o que estamos tentando é problematizar a necessidade de retomarmos discussões que envolvam efetivamente as unidades de ensino e seus profissionais-docentes, tal como realizada por Quiroga (1991), ABEPSS (2008) e outros profissionais sobre o processo formativo do Serviço Social, buscando identificar os determinantes diretos e indiretos na atualidade que tem dificultado garantir o perfil proposto pelas Diretrizes Curriculares.

Há que se entender que determinantes são esses, levando inclusive em consideração a característica conservadora da profissão, desde o seu surgimento e requisição, bem como a presença de diferentes concepções de profissão. Pois não se trata de uma nova invasão conservadora no Serviço Social, tal como alguns afirmam, como se o Serviço Social estivesse descolado da realidade, ou que bastou construir o Projeto Ético-Político, para que estivéssemos “livres” do conservadorismo, sendo que o mesmo faz parte da própria materialização das relações sociais determinadas socialmente pelo sistema capitalista, de forma a assegurar a sua conservação (BOSCHETTI, 2015).

Como bem pontuou Guerra (2007), superar a imediaticidade se trata de ir além das respostas funcionais. Isso significa que precisamos problematizar como

tem sido aplicado o ensino dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão, de forma que ele seja capaz, através de “[...] um certo nível de recepção do conteúdo do mundo exterior independentemente da circunstância de que essa recepção ocorra com maior ou menor consciência” (COUTINHO apud GUERRA, 2007, p. 17), desvelar o real, apreendendo a partir da categoria mediação, a essência das manifestações objetivas e subjetivas do cotidiano profissional de forma mais clara, ampla e profunda.

Onde a formação e prática profissional acabe limitada a certeza sensível, e em alguns casos, reproduzindo os aspectos mais arcaicos e conservadores, que até hoje custam tão caro à profissão, como a redução da teoria a algo que se encaixe na prática, ou que o único conhecimento válido é aquele que decorre na experiência singular do indivíduo, passando a verdade a ser o seu discurso assentado na certeza sensível e a automanifestação do sujeito, pois já que a teoria não se transforma em prática, o mais importante é a própria prática (SANTOS, 2011; COELHO, 2013).

REFERÊNCIA:

- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luís, outubro de 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARRETO, Aline Felipe; SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. **Processo de Formação dos Assistentes Sociais na Grande Vitória: Análise da Implementação das Diretrizes Curriculares e o Perfil Profissional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. BONETTI, Dilséia Adeodata; *et alli* (Org). **Serviço Social e Ética: convíte a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BONFIM, Paula. **Conservadorismo Moral e Serviço Social: A particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.
- CHAUÍ, M. **O que é Ideologia – Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- COELHO, Marilene. **Imediatividade na prática profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Kátia. **Reforma da Educação Superior nos anos de Contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva**. 2005. 466 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, Ana Elizabeth. **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 79, 2004.
- NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Programa de Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: Cead, 2000.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, Tese de doutorado, 2007.
- QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações do ensino da Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.
- SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. **As diretrizes curriculares da ABEPSS e os perfis profissionais das universidades do Rio de Janeiro**. 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra? : mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011.
- SANTOS, Claudia Mônica. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do Assistente Social no Brasil**. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2006.